

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.644 - SE (2019/0299009-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : MARCOS DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCOS DA SILVA contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe nos autos do HC n. 201900330322.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante (convertida a custódia em prisão preventiva) pela suposta prática do crime previsto no artigo 155, § 4º, II, na forma do art. 71 do CP.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A liminar requerida, todavia, foi indeferida pelo Desembargador Relator (e-STJ fls. 16/18).

No presente *writ*, a defesa sustenta, em síntese, a existência de constrangimento ilegal ante a demora injustificada para o término da instrução processual, que não pode ser atribuída à defesa, estando o paciente preso desde 10/12/2018, caracterizando, portanto, um indevido excesso de prazo para a formação da culpa, com violação de princípios de estatura constitucional.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva, com a expedição do respectivo alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (Súmula n. 691/STF), o que não ocorre na espécie. A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.

2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.

3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.

4- Ordem não conhecida. (HC 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1º/10/2007).

No caso vertente, o *decisum* impugnado afasta a tese sobre suposta demora injustificada da prisão cautelar, *in verbis* (e-STJ fls. 17/18):

Consta da resenha informatizada do processo que foi decretada a prisão preventiva do paciente em 10/12/2018.

Recebido o inquérito policial na Secretaria foi dado vista ao Ministério Público com recebimento da denúncia em 18/02/2019 sendo apresentada defesa preliminar em 16/08/2019.

Em decisão do dia 20/09/2019 foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 10/12/2019.

Pois bem. Da análise momentânea dos autos, entendo que inexistente excesso de prazo caracterizador de constrangimento ilegal no caso concreto, porquanto se nota que já foi designada audiência de instrução para oitiva das testemunhas e interrogatório do réu com preparação para o julgamento do feito.

Até o presente momento o feito foi devidamente movimentado, estando a audiência designada.

Ademais é preciso destacar que a alegação de excesso prazal não pode sustentar-se exclusivamente em cálculos aritméticos, com contagem de prazos feita de maneira inflexível, pois a ocorrência de certo atraso no início da instrução criminal, desde que não ultrapasse os limites da razoabilidade não causa

Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal, porque as diligências são procedimentos triviais no feito e causa natural de demora no processamento de uma ação penal.

Diante do exposto, não verifico, ao menos nesse momento inicial, atitude a debitar atraso promovido pela autoridade indigitada como coatora, tampouco a viabilizar a concessão da ordem, não descartando a possibilidade de que, a persistir a delonga, possa se configurar excesso temporal.

Por outro lado, não se acham nos autos informações que atestem, de plano, haver demora injustificada resultante exclusivamente de uma atuação omissa ou desidiosa do Poder Judiciário.

De todo modo, a questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as informações juntadas ao *mandamus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator